

INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS MONTE CASTELO

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

1/2026

Editado por

158286-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS MONTE CASTELO ADRIANO FREIRE EVERTON

Atualizado em

24/03/2026 16:21 (v 0.7)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes

Número da Contratação

Processo Administrativo

23249.021074.2025-39

Edital nº 01/2026

EDITAL Nº 01/2026

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO CAMPUS SÃO LUÍS-MONTE CASTELO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90001/2026

(Processo Administrativo nº 23249.021074.2025-39)

Torna-se público que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA, CAMPUS SÃO LUÍS-MONTE CASTELO, por meio do setor de compras e licitações, sediado na Av. Getúlio Vargas, 04, bairro Monte Castelo, Cep: 65030-005, São Luís – MA, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PREGÃO ELETRÔNICO

ELETRÔNICO

01/2026

CONTRATANTE (UASG)

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO - SÃO LUÍS-MONTE CASTELO (158286)

OBJETO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 340.596,91

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/04/2026 às 10h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

DO OBJETO

1. O objeto da presente licitação é aquisição de bebedouros para o Campus São Luís-Monte Castelo, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
2. A licitação será dividida em item(s), conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.
3. Relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

DO REGISTRO DE PREÇOS

1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
6. 3. Para o item 1 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
9. Não poderão disputar esta licitação:
10. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
11. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
12. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
13. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados; empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
14. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta; aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
15. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
16. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
17. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
18. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
19. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

20. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
21. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
22. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
23. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
24. A vedação de que trata o item 18(DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO). estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DO ORÇAMENTO ESTIMADO

1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **2 e 16 (Fase de Habilitação)** deste Edital.
4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
5. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
6. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
8. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
10. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
11. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
13. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
14. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
15. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
16. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
17. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
18. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
19. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
20. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
21. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
22. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
23. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
24. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
25. constituída sob a forma de sociedade por ações.
26. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
27. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

28. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
29. Os licitantes poderão rerar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
30. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
31. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
32. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
33. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
34. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
35. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado: valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
36. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
37. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
38. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
39. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
2. valor unitário e total do item;
3. Marca;
4. Fabricante;
5. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido;
6. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantavo inferior ao máximo previsto para contratação.
8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
12. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
14. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
15. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
16. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
17. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
18. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 19.

DA ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO E LANCES

1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.
6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1 R\$ (um real)**.
9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
18. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
19. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
20. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do art. 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.
21. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
22. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
23. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
24. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
25. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do art. 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.
26. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
27. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
28. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
29. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
30. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

31. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários
32. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
33. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar
34. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante
35. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
36. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação
37. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
38. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.
39. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
40. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
41. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015
42. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).
43. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
44. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada
45. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
46. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior. .
47. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

48. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
49. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
50. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
51. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
52. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
53. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025
54. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme
55. Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
56. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
57. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
58. empresas brasileiras;
59. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
60. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
61. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
62. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
63. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.
64. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
65. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
66. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
67. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133 /2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
2. SICAF;
3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
4. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
5. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
7. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
8. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
9. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
10. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
11. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
12. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
13. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.
14. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
15. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
16. Será desclassificada a proposta vencedora que:
17. contiver vícios insanáveis;
18. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
19. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
20. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
21. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
22. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
23. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
24. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
25. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
26. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

27. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
28. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
29. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
30. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
31. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
32. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema

DA FASE DE HABILITAÇÃO

1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
6. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por ou cópia digital.
8. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133 /2021.
9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
14. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
16. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
17. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
18. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
19. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
20. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes
21. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **16 deste item do edital**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:
 22. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
 23. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
 24. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
 25. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
26. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
27. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **16 deste item do edital**.
28. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
29. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

30. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já ver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DO TERMO DO CONTRATO

1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
5. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
6. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
7. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
8. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
9. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
10. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mandadas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
11. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
 3. a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 4. b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
5. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
6. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

7. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
9. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
10. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
11. Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
2. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e
3. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
5. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
8. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
9. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
10. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
11. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
12. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

DOS RECURSOS

1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata
3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
4. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
5. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

6. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
7. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento
8. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
9. O recurso será dirigido à autoridade que ver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
10. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
11. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
13. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
14. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, através do e-mail: **compras.mtc@ifma.edu.br**

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
3. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
4. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
5. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
6. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
7. deixar de apresentar amostra;
8. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
9. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
10. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
11. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
12. fraudar a licitação
13. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
14. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
15. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
16. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
17. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
18. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
19. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20. advertência;
21. multa;
22. impedimento de licitar e contratar e
23. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
24. Na aplicação das sanções serão considerados:
25. a natureza e a gravidade da infração cometida.
26. as peculiaridades do caso concreto
27. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
28. os danos que dela provierem para a Administração Pública
29. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
30. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
31. Para as infrações previstas nos itens **2, 3 e 9** destas infrações administrativas, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
32. Para as infrações previstas nos itens **10, 11, 12, 13, 17 e 18**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
33. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
34. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
35. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **2, 3, 4 e 5**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
36. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **11, 12, 13, 17 e 18**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **2, 3, 9 e 10** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
37. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou rerar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **10**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
38. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir
39. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que ver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
40. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

41. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
42. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
43. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
44. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E ESCLARECIMENTO

1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame
2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame
3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma
4. eletrônica, pelo seguintes meios: e-mail **compras.mtc@ifma.edu.br**
5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
7. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

APÊNDICE I DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO V – Modelo de Proposta;

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ADRIANO FREIRE EVERTON

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 14:55:59.

ANDREY SALES LOPES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 15:00:34.

JOSE EDILSON DO NASCIMENTO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/03/2026 às 16:21:36.

INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS MONTE CASTELO

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

4/2026

Editado por

158286-INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS MONTE CASTELO ADRIANO FREIRE EVERTON

Atualizado em

20/03/2026 16:05 (v 0.5)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

23249.021074.2025-39

1. Condições Gerais da Contratação

1.1. Aquisição de bebedouros de coluna para garrafão e bebedouros industriais, para diversos espaços e setores do Instituto Federal do Maranhão/ Campus São Luís-Monte Castelo e órgãos participantes, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	UASG-ÓRGÃO	Município /UF de Entrega	ESPECIFICAÇÃO / DISCRIMINAÇÃO DO MATERIAL (catmat)	VALOR UNITÁRIO	QTDE	VALOR TOTAL
1	402920	158286 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS MONTE CASTELO	São Luís /MA	BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA PARA GARRAFÃO (Item exclusivo para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015.)	712,87	20	14257,40
		154838 - INST.FED. DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.G.DO NORTE	Ceará-Mirim/RN		712,87	3	2138,61
		154856 - CAMPUS VIANA IFECT DO MARANHAO	Viana/MA		712,87	10	7128,70
		154858 - INST.FED. DO MA/ CAMPUS ARAIOSES	Araioeses /MA		712,87	10	7128,70
		158276 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís /MA		712,87	20	14257,40
		158282 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS PINHEIRO	Pinheiro /MA		712,87	3	2138,61
		158285 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS BARREIRINHAS	Barreirinhas /MA		712,87	5	3564,35
		158296 - INST.FED.	São Raimundo				

		DO MARANHAO /CAMPUS S.R. MAGANGEIRAS	das Mangabeiras /MA		712,87	8	5702,96
		158318 - INST.FED. DO CEARA /CAMPUS CEDRO	Cedro/CE		712,87	5	3564,35
		158372 - INST.FED. DO R.G.DO NORTE /CAMPUS SANTA CRUZ	Santa Cruz /RN		712,87	6	4277,22
		158373 - INST.FED. DO R.G.DO NORTE /CAMPUS JOÃO CÂMARA	João Câmara/RN		712,87	3	2138,61
TOTAL						93	66296,91
2	311387	158286 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS MONTE CASTELO	São Luís /MA	BEBEDOURO INDUSTRIAL 200 LITROS	3428,75	15	51431,25
		154838 - INST.FED. DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.G.DO NORTE	Ceará- Mirim/RN		3428,75	3	10286,25
		154856 - CAMPUS VIANA IFECT DO MARANHAO	Viana/MA		3428,75	5	17143,75
		154858 - INST.FED. DO MA/ CAMPUS ARAIOSSES	Araiozes /MA		3428,75	5	17143,75
		158276 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS SAO LUIZ-MACARANA	São Luís /MA		3428,75	15	51431,25
		158282 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS PINHEIRO	Pinheiro /MA		3428,75	3	10286,25
		158285 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS BARREIRINHAS	Barreirinhas /MA		3428,75	2	6857,50
		158296 - INST.FED. DO MARANHAO /CAMPUS S.R. MAGANGEIRAS	São Raimundo das Mangabeiras /MA		3428,75	10	34287,50
		158318 - INST.FED. DO CEARA /CAMPUS CEDRO	Cedro/CE		3428,75	10	34287,50
		158372 - INST.FED. DO R.G.DO NORTE /CAMPUS SANTA CRUZ	Santa Cruz /RN		3428,75	6	20572,50
		158373 - INST.FED. DO R.G.DO NORTE /CAMPUS JOÃO CÂMARA	João Câmara/RN		3428,75	6	20572,50
TOTAL						80	274300,00
TOTAL							340596,91

Tabela 01: Custos Unitários

1.1.1. As descrições técnicas e complementares dos materiais a serem adquiridos estão listadas no ANEXO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS deste documento. Caso haja discordância entre as especificações dos itens listados no referido apêndice com aquelas constantes no sistema compras.gov.br (CATMAT) e/ou nota de empenho, prevalecerá a especificação constante neste Termo de Referência.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. De acordo com o Art. 90 da Lei nº 14.133/2021, o IFMA/ Campus São Luís-Monte Castelo adotará nesta licitação como instrumento de contratação: Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM), quando da disponibilidade de recursos financeiros e da necessidade do campus, conforme quantidades indicadas no referido instrumento de contratação, durante a vigência da(s) Ata(s) de Registro de Preços.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata de registros de preços, prorrogáveis por igual período, na forma do artigo nº 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

2.2.1. ID PCA no PNCP: 10735145000194-0-000005/2025

2.2.2. Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

2.2.3. Id do item no PCA: 267

2.2.4. Classe/Grupo: 4110 – Equipamento para Refrigeração

2.2.5. Identificador da Futura Contratação: 158286-27/2025

3. Descrição da solução como um todo

3.1. Os bebedouros serão instalados em locais especificados em tabela em anexo, com o objetivo de atender alunos, servidores, terceirizados e público externo, permitindo o consumo de água potável de qualidade.

3.2. Os bebedouros foram escolhidos por atenderem as necessidades da Instituição, optou-se por bebedouros Industriais de 200 L tendo em vista o volume de pessoas que frequentam a Instituição, e por ter uma capacidade melhor de refrigeração e filtragem.

3.3. Já os bebedouros de coluna para garrafão de 20 L são excelentes para locais na qual não é possível instalar os bebedouros industriais, e devido a sua flexibilidade, pode ser instalado em diferentes espaços.

3.4. Trata-se de material classificado, segundo a natureza de despesa, como material PERMANENTE.

3.5. Os equipamentos precisam atender os critérios de eficiência estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar.

3.6. Além das especificações técnicas, o IFMA/ Campus São Luís-Monte Castelo considera fundamental que os produtos adquiridos sejam duráveis, de fácil manutenção e que possuam uma vida útil adequada, minimizando assim

a necessidade de substituição precoce e reduzindo os impactos ambientais relacionados à produção, transporte e descarte de equipamentos.

3.7. O contratado para fornecimento dos aparelhos deve disponibilizar a garantia do fabricante de 12 meses e rede de assistência técnica autorizada na cidade de São Luís - MA, onde se instala o Campus São Luís-Monte Castelo. Essa exigência garante que as manutenções sejam realizadas de maneira ágil e que sejam viáveis economicamente.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.1.1. Que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 4.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia. Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 4.1.3. Que devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 4.1.4. Que não contenham substâncias perigosas em concentração acima de recomendada da diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

- 4.2.1. As marcas de referência para Bebedouros Tipo Colina (garrafão) são: Esmaltec, Karina, IBBL, ou marcas equivalentes e/ou de melhor qualidade.
- 4.2.2. As marcas de referência para Bebedouro Industrial são: Karina, Knox, Frisbel, Cânovas, ou marcas equivalentes e/ou de melhor qualidade.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, de modo a não acarretar elevação dos preços propostos e redução da competitividade do certame.

4.5. O Estudo Técnico Preliminar oferece maior detalhamento da justificativa da dispensa em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de entrega

5.1. O prazo de entrega do objeto licitado é de 30 (trinta) dias corridos, em remessa única, a contar da data da confirmação do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM).

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para o Departamento de Compras, Licitações e Contratos (DCLC-MTC), através do e-mail: compras.mtc@ifma.edu.br, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. É de responsabilidade da Contratada manter seu endereço de e-mail e telefone para contato atualizados junto à Contratante.

5.4. Os bens objeto desta licitação deverão ser entregues no endereço:

5.4.1. Divisão de Patrimônio do IFMA/Campus São Luís-Monte Castelo, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 04, bairro Monte Castelo, São Luís - MA, CEP: 65.030-005, através do contato pelo telefone **(98) 98338-1003**, nos seguintes horários: **de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e 14h00min às 17h30min.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.6. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.8. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Após ser notificado, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data em que o equipamento for retirado das dependências da Administração pelo Contratado ou por assistência técnica autorizada. A retirada do equipamento deve ocorrer no prazo de 7 (sete) dias úteis após a notificação.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão de contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput)

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Infrações e sanções administrativas

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. **Multa:**

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,16% (zero vírgula dezesseis por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias;

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30 % (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.2. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.9. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.3. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.10. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.11. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para

efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. o prazo de validade;

8.10.2. a data da emissão;

8.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. o valor a pagar; e

1. 8.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/04/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. Formas e critérios de seleção

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. **Valores unitários:** conforme tabela constante no item 1.1. este Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG=_____

Ativo Total

SG=

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC=

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão comprovar o fornecimento de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do quantitativo estimado para os itens pertinentes.

9.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. Estimativa do valor da contratação

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 340.596,91 (trezentos e quarenta mil, quinhentos e noventa e seis reais e noventa e um centavos)** conforme custos unitários apostos na tabela 01.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. Disposições finais

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM) sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.4. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **05 (cinco)**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Luís - MA, Seção Judiciária de São Luís - MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANAMARIANA DE MORAES SOARES FEITOSA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 14:15:22.

FRANCISCO TALES LIMA PONTES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 16:05:35.

TEREZA MENDES CORREA MACEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 14:26:13.

JOSE EDILSON DO NASCIMENTO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 14:50:09.

Estudo Técnico Preliminar 16/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23249.021074.2025-39

2. Descrição da necessidade

2.1. Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, conforme IN 40/2021 e IN 65/2021, que constitui primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência ou o projeto básico, conforme previsto no art. 18 do §1º da Lei 14.613/2021.

2.2. A aquisição de eletrodomésticos para o Instituto Federal do Maranhão/ Campus São Luís-Monte Castelo, é fundamental para atender os mais de 3.000 estudantes e cerca de 500 servidores, além de colaboradores terceirizados e público externo. Atualmente, os bebedouros industriais do Campus apresentam problema, necessitando que sejam substituídos. E ainda, se faz necessário adquirir bebedouros de coluna para garrafão de 20 litros, a serem utilizados no Cineteatro, Auditórios e demais espaços Administrativos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Infraestrutura e Tecnologia	Anamariana de Moraes Soares Feitosa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO
01	<p>BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA PARA GARRAFÃO. Bebedouro elétrico de coluna, gabinete em aço pintado em epóxi, fornece água natural e fria com capacidade para garrafão de até 20 litros, 220 V, 02 torneiras, bandeja removível e termostato regulável com capacidade de refrigeração mínima de 1 L/H, deve possuir perfurador de galão e compressor com utilização de gás R134a e com certificação do INMETRO de baixo consumo de energia (Classificação A) conforme norma ABNT 16236/2013. Todos os componenetes do produto devem ter sua qualidade atestada em laboratório e certificado INMETRO.</p> <p>Marcas de Referência: Esmaltec, Karina, IBBL, ou marca de qualidade comprovadamente igual ou superior.</p>
	<p>BEBEDOURO INDUSTRIAL 200 LITROS. Capacidade 200 litros no reservatório. Voltagem 220 V. Tomada com 3 pinos, conforme norma da ABNT/NBR/603351. Eficiência energética Nível A (INMETRO). Revestimento externo em INOX, no mínimo, 430. Aparador de água com alta resistência reforçado, preferencialmente em aço INOX 430 com dreno. Isolamento</p>

02

térmico preferencialmente poliuretano expandido, mantendo a temperatura da água estável e reduzindo o consumo de energia. Gás Ecológico R134A. Serpentina interna em aço INOX 304. Tampa Injetada em PP (Polipropileno). 4 Torneiras preferencialmente em inox todas saídas de água gelada. Reservatório de água em PP (Polipropileno) ou aço inox, alta resistência, fácil limpeza e material atóxico. Termostato com regulação da temperatura da água. Incluir filtro PPF-5/T33 e conexões para instalação: filtro com carvão ativado, com a função de reduzir o teor de sabores e odores desagradáveis e capaz de reter partículas sólidas maiores como areia ou pedra. Certificação ABNT NBR 16098:2012 – aparelho de fornecimento de água para consumo humano com refrigeração incorporada – requisitos de desempenho. Pés preferencialmente em polipropileno de alta resistência fixado à estrutura do bebedouro por parafusos resistentes à corrosão. ABNT NBR 8094/1983: relatório de ensaio de corrosão por exposição à névoa salina nos termos da NBR ISO 4628-3: R10 e NBR 5841: D0/T0, de pelo menos 720 horas; ABNT NBR 8095/2015: laudo que atesta grau de corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada, nos termos da NBR 8095/2015, mediante ensaio com duração mínima de 720 horas; manual de instruções em português incluso. Todos os componentes do produto devem ter sua qualidade atestada em laboratório e certificado INMETRO.

Marca de Referência: Karina, Knox, Frisbel, Cânovas ou marca de qualidade comprovadamente igual ou superior.

4.1. O IFMA/ Campus São Luís-Monte Castelo se reserva o direito de não receber produtos que sejam entregues nas seguintes condições:

4.1.1. Em embalagens que não permitam a identificação e conferência do equipamento no ato do recebimento provisório;

4.1.2. Produtos fora das embalagens originais, que apresentem sinais de violação ou que estejam em estado tal que suscitem sinais de violação ou dúvidas quanto à procedência dos mesmos;

4.1.3. Todo fornecedor quando da entrega dos materiais deve obrigatoriamente informar na nota fiscal: número da autorização de fornecimento, do empenho, conta corrente, prazo de validade e garantia do material.

4.2. A entrega do material adquirido deve ser feita em no máximo 30 (trinta) dias após a confirmação do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM).

5. Levantamento de Mercado

5.1. Durante a etapa de levantamento de mercado verificou-se a existência de duas alternativas possíveis de solução: uma contratação (aluguel) ou uma aquisição. A possibilidade de contratação de uma empresa especializada na locação de eletrodoméstico e a possibilidade de aquisição.

5.2. Dentre as possibilidades analisadas optou-se pela aquisição, pois a locação a longo prazo seria muito onerosa, podendo inclusive ultrapassar o valor de compra de um eletrodoméstico novo. Para o item 01, em 05 (cinco) meses de aluguel, e para o item 02, em 12 (doze) meses.

ALUGUEL						
ITEM	DESCRIÇÃO	PESQUISA 01		PESQUISA 02		MÉD
		SITE	MÊS	SITE	MÊS	
01	BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA PARA GARRAFÃO.	https://locacao.tjlfiltros.com.br/	162,90	https://ekipaloc.com.br/categoria/bebedouros	120,00	141,45
02	BEBEDOURO INDUSTRIAL 200 LITROS.	https://locacao.tjlfiltros.com.br/categoria/bebedouro-de-agua-industrial	289,90	https://ekipaloc.com.br/categoria/bebedouros	280,00	284,95

5.3. Foram analisadas contratações similares do mesmo objeto por outros órgãos da Administração Pública Federal no site do Paine de Preços (<https://paineldepresos.planejamento.gov.br>), sendo pesquisados valores de preços para as especificações dos aparelhos de bebedouros pretendidos, além disso, foi utilizado o salvamento das páginas de site da internet, em PDF, com informações importantes como o valor do produto e o valor do frete.

5.4. Os resultados desta pesquisa encontram-se em anexo a este ETP.

AQUISIÇÃO							
ITEM	DESCRIÇÃO	PESQUISA 01	PESQUISA 02	PESQUISA 03	PESQUISA 04	PESQUISA 05	MÉDIA
01	BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA PARA GARRAFÃO	R\$ 660,00	R\$ 676,65	R\$ 719,99	R\$ 723,72	R\$ 784,00	R\$ 712,87
02	BEBEDOURO INDUSTRIAL 200 LITROS	R\$ 2.850,00	R\$ 2.903,75	R\$ 3.500,00	R\$ 3.892,13	R\$ 3.997,88	R\$ 3.428,75

5.5. Como método matemático para a definição do valor estimado, optou-se pela pesquisa de preços escolhido foi a média aritmética, pois este método considera em seu cálculo todos os valores coletados e não apenas o valor mais baixo ou o mediano.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Os bebedouros ora especificados neste ETP serão instalados em locais especificados em tabela em anexo, com o objetivo de atender alunos, servidores, terceirizados e público externo, permitindo o consumo de água potável de qualidade.

6.2. Os bebedouros foram escolhidos por atenderem as necessidades da Instituição, optou-se por bebedouros Industriais de 200 L tendo em vista o volume de pessoas que frequentam a Instituição, e por ter uma capacidade melhor de refrigeração e filtragem.

6.3. Já os bebedouros de coluna para garrafão de 20L são excelentes para locais na qual não é possível instalar os bebedouros industriais, e devido a sua flexibilidade, pode ser instalado em diferentes espaços.

6.4. Trata-se de material classificado, segundo a natureza de despesa, como material PERMANENTE.

6.5. Além das especificações técnicas, o IFMA/Campus São Luís-Monte Castelo considera fundamental que os produtos adquiridos sejam duráveis, de fácil manutenção e que possuam uma vida útil adequada, minimizando assim a necessidade de substituição precoce e reduzindo os impactos ambientais relacionados à produção, transporte e descarte de equipamentos.

6.6. O contratado para fornecimento dos equipamentos deve disponibilizar a garantia do fabricante de 12 meses e rede de assistência técnica autorizada na cidade de São Luís - MA, onde se instala o Campus São Luís-Monte Castelo. Essa exigência garante que as manutenções sejam realizadas de maneira ágil e que sejam viáveis economicamente.

Os materiais objeto desta licitação deverão ser entregues na Divisão de Patrimônio, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 04, bairro Monte Castelo, São Luís - MA, CEP: 65.030-005.

6.7. Quando da entrega, entrar em contato pelo telefone **(98) 98338-1003**, nos seguintes horários: **de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e 14h00min às 17h30min.**

6.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **5 dias de antecedência** para o Departamento de Compras, Licitações e Contratos (DCLC-MTC), no seguinte e-mail: **compras.mtc@ifma.edu.br**, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.9. Devido às limitações de espaço físico para armazenamento, garantia dos materiais e disponibilidade orçamentária, as entregas serão parceladas conforme Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM) encaminhados pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos (DCLC-MTC) às licitantes vencedoras.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades dos itens foram estimadas com base nos espaços já preparados e adequados para que os bebedouros industriais sejam instalados, sem a necessidade de intervenção. Já os bebedouros de coluna foram estimados com base em solicitações encaminhada por e-mail, e demandas verificadas pela Diretoria de Infraestrutura e Tecnologia.

7.2. Desta forma, são necessários 20 (vinte) bebedouros de água de coluna para garrafão de 20L e 15 (quinze) bebedouros industrial de 200L para atender a demanda do Campus.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 65.688,65

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA PARA GARRAFÃO	402920	20	R\$ 712,87	R\$ 14.257,40
02	BEBEDOURO INDUSTRIAL 200 LITROS	311387	15	R\$ 3.428,75	R\$ 51.431,25
TOTAL			25		R\$ 65.688,65

8.1. A Pesquisa de Preços do objeto dessa licitação foi realizada em conformidade com a IN nº 65 de 07 de julho de 2021, mediante a utilização dos parâmetros dispostos no Art. 5º, da referida IN.

8.2. O valor estimado da contratação é de R\$ 712,87 por unidade para o Item 01 e R\$ 3.428,75 para o Item 02.

8.3. **Valor (R\$):** 65.688,65 (sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A solução será a aquisição parcelada dos itens, não sendo necessário o agrupamento dos mesmos, pois é tecnicamente e economicamente viável, pois cada item solicitado há uma ampla variedade de fornecedores, permitindo-se assim a ampliação da competitividade e, portanto, um melhor aproveitamento do mercado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não é necessário que haja outras contratações para a execução desta.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição dos materiais foi prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) 2025, conforme detalhamento a seguir:

11.1.1. O PCA no PNCP: 10735145000194-0-000005/2025

11.1.2. Data de publicação no PNCP: 14/05/2024

11.1.3. Id do item no PCA: 267

11.1.4. Classe/Grupo: 4110 – Equipamento para Refrigeração

11.1.5. Identificador da Futura Contratação: 158286-27/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O benefício pretendido com a aquisição dos bebedouros solicitados é atender as necessidades da Instituição, entre alunos, servidores, colaboradores terceirizados e público externo, que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O IFMA/Campus São Luís-Monte Castelo possui toda a infraestrutura necessária para recebimento, armazenamento e utilização dos itens solicitados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Os itens solicitados serão armazenados e instalados em locais apropriados mitigando os riscos ambientais.

14.2. A licitação para a aquisição destes itens deverá pautar-se no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU e outros regulamentos julgados pertinentes pela Comissão Permanente de Licitações.

14.3. Deverão ser observados os aspectos listados na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a demanda dos diversos setores do Instituto Federal do Maranhão/ Campus São Luís-Monte Castelo, esta contratação é viável e atenderá às necessidades dos servidores, alunos e toda a comunidade acadêmica. Está em conformidade com o Art. 9º, incisos I, IV, V, VI, VII, IX e XIII da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANAMARIANA DE MORAES SOARES FEITOSA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 29/07/2025 às 11:11:45.

FRANCISCO TALES LIMA PONTES

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 29/07/2025 às 11:06:07.

TEREZA MENDES CORREA MACEDO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 29/07/2025 às 11:12:27.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de Preços. Bebedouros.pdf (2.75 MB)
- Anexo II - DFD158286_000166_2025.pdf (48.47 KB)

MÉDIA

R\$ 712,87

MEDIANA

R\$ 719,99

MENOR

R\$ 660

Quantidade total de registros: 5

Registros apresentados: 1 a 5

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço Modalidade da Compra Esfera
402920 **Pregão** **Federal**

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90021/2024

Número do Item: 00003

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico SISRP Nº.: 90021/2024 - Aquisição de equipamentos eletrodomésticos e bebedouros para atender demandas da UFRN pelo período de 12 (doze) meses.

Quantidade Ofertada: 227

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 660

Código do CATMAT: 402920

Descrição do Item: BEBEDOURO ÁGUA GARRAFÃO, MATERIAL:PLÁSTICO ABS E CHAPA AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE:20 L, VOLTAGEM:220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BAIXO CONSUMO ENERGIA,TERMOSTATO REGULÁVEL,INMETRO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: MASTER CGA INOX 220

Data do Resultado: 03/12/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SORELLE COMERCIO ELETROS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 36045363000190

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Órgão Superior: -

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90033/2024

Número do Item: 00031

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Escolha de melhor proposta de preços aquisição futura de material permanente (mobiliário), necessário ao atendimento às necessidades do TRE-PI

Quantidade Ofertada: 30

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 676,65

Código do CATMAT: 402920

Descrição do Item: BEBEDOURO ÁGUA GARRAÇÃO, MATERIAL:PLÁSTICO ABS E CHAPA AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE:20 L, VOLTAGEM:220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BAIXO CONSUMO ENERGIA,TERMOSTATO REGULÁVEL,INMETRO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: MASTER CGA INOX

Data do Resultado: 05/11/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: GLPA LICITACOES LTDA

CNPJ/CPF: 37507762000199

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 070006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI

Órgão: JUSTICA ELEITORAL

Órgão Superior: JUSTICA ELEITORAL

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00041/2023

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico SISRP Nº.: 41/2023 - Aquisição de refrigeradores, freezers e geladeiras para atender demandas da UFRN pelo período de 12 (doze) meses.

Quantidade Ofertada: 85

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 719,99

Código do CATMAT: 402920

Descrição do Item: BEBEDOURO ÁGUA GARRAFÃO, MATERIAL:PLÁSTICO ABS E CHAPA AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE:20 L, VOLTAGEM:220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BAIXO CONSUMO ENERGIA,TERMOSTATO REGULÁVEL,INMETRO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: LIBELL MASTER INOX

Data do Resultado: 03/07/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SUL AGUA EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 46344050000197

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 153103 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Órgão Superior: -

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90014/2024

Número do Item: 00005

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Adquiri material de consumo e permanentes para a manutenção de embarcações do 8º Batalhão de Suprimento de Selva.

Quantidade Ofertada: 6

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 723,72

Código do CATMAT: 402920

Descrição do Item: BEBEDOURO ÁGUA GARRAÇÃO, MATERIAL:PLÁSTICO ABS E CHAPA AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE:20 L, VOLTAGEM:220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BAIXO CONSUMO ENERGIA,TERMOSTATO REGULÁVEL,INMETRO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: MASTER CGA 110V

Data do Resultado: 08/08/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SORELLE COMERCIO ELETROS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 36045363000190

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160165 - 8º BATALHÃO DE SUPRIMENTO DE SELVA

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: -

RESULTADO 5

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90050/2024

Número do Item: 00005

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual Aquisição de Bens Móveis Não Ativáveis (mobiliários), a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Getúlio Vargas, vinculado à Universidade Federal do Amazonas, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares Ebserh, por um período de 12(doze) meses.

Quantidade Ofertada: 20

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 784

Código do CATMAT: 402920

Descrição do Item: BEBEDOURO ÁGUA GARRAÇÃO, MATERIAL:PLÁSTICO ABS E CHAPA AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE:20 L, VOLTAGEM:220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BAIXO CONSUMO ENERGIA,TERMOSTATO REGULÁVEL,INMETRO

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: COLUNA 20L - 220V

Data do Resultado: 26/12/2024

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: GLPA LICITACOES LTDA

CNPJ/CPF: 37507762000199

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 155018 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GETÚLIO VARGAS

Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

Órgão Superior: -

MÉDIA

MEDIANA

MENOR

R\$ 3.084,58 R\$ 2.903,75 R\$ 2.850

Quantidade total de registros: 3

Registros apresentados: 1 a 3

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Ano da Compra	Esfera
311387	2025	Federal

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90052/2024

Número do Item: 00051

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de ferramentas em geral (consumo) e de equipamentos industriais, diversos e de oficina (permanente) - Parte I, para atendimento a diversas unidades e laboratórios da UFMS.

Quantidade Ofertada: 7

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 2850

Código do CATMAT: 311387

Descrição do Item: BEBEDOURO ÁGUA, TIPO:INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:4 TORNEIRAS LATÃO CROMADO, SERPENTINA COBRE LOCALI, VOLTAGEM:110/220 V, MATERIAL GABINETE:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL RESERVATÓRIO ÁGUA:AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE ÁGUA:200 L

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PRE200

Data do Resultado: 10/01/2025

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: EXPANSAO E-COMMERCE LTDA

CNPJ/CPF: 29122044000176

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 154054 - FUNDACAO UNIVERS.FEDERAL/MS

Órgão: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL

Órgão Superior: -

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90006/2024

Número do Item: 00046

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de material permanente.

Quantidade Ofertada: 8

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 2903,75

Código do CATMAT: 311387

Descrição do Item: BEBEDOURO ÁGUA, TIPO:INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:4 TORNEIRAS LATÃO CROMADO, SERPENTINA COBRE LOCALI, VOLTAGEM:110/220 V, MATERIAL GABINETE:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL RESERVATÓRIO ÁGUA:AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE ÁGUA:200 L

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: MODELO MOVEIS

Data do Resultado: 17/01/2025

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ANGULAR DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ/CPF: 57269420000195

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160103 - 50 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MA

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: -

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 90022/2024

Número do Item: 00108

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para diversos setores da Universidade Federal do do Acre.

Quantidade Ofertada: 12

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 3500

Código do CATMAT: 311387

Descrição do Item: BEBEDOURO ÁGUA, TIPO:INDUSTRIAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:4 TORNEIRAS LATÃO CROMADO, SERPENTINA COBRE LOCALI, VOLTAGEM:110/220 V, MATERIAL GABINETE:AÇO INOXIDÁVEL, MATERIAL RESERVATÓRIO ÁGUA:AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE ÁGUA:200 L

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: MR 200

Data do Resultado: 13/01/2025

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: IBBA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBEDOURO LTDA

CNPJ/CPF: 50456480000178

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 154044 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL/AC

Órgão: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Órgão Superior: -



Buscar



[Informe seu CEP](#)



Ar
Condicionado



Eletrodomésticos



Refrigeração
Comercial

▼
Materiais de
Instalação



Peças



Câmaras
Frias

▼
Energia
Solar



Climatização

 Lojas



Home / Comércio e Indústria / Refrigeração Comercial / Bebedouro Industrial / Bebedouro Industrial de Coluna Frisbel 200 Litros 4 Torneiras Geladas Inox - 220V

Bebedouro Industrial de Coluna Frisbel 200 Litros 4 Torneiras Geladas Inox - 220V

SKU 100290873





 [Informe seu CEP](#)



R\$ 3.878,00
R\$ 3.389,00 5% no PIX

ou R\$ 3.567,37 em 10x de R\$ 356,74 sem juros

[Mais formas de pagamento](#)

 **Comprar agora**

Calcular frete

65030-005



[Não sei meu cep](#)

Econômica

R\$ 324,76

12 dias úteis

O prazo de entrega começa a contar somente após a confirmação do pagamento.



[Informe seu CEP](#)

Bebedouro Industrial de Coluna Frisbel 200 Litros 4 Torneiras Geladas Inox - 220V

O **Bebedouro Industrial de Coluna Frisbel 200 Litros Inox** é a solução ideal para quem busca praticidade e eficiência na hora de se refrescar. Com design moderno e estrutura robusta em inox, este bebedouro é resistente e fácil de limpar, sendo **perfeito para ambientes variados**, como escritórios, academias e estabelecimentos comerciais. A capacidade de 200 litros garante que a água gelada esteja sempre à disposição, atendendo a uma demanda constante de forma eficiente.

Equipado com gás R134A ecológico, o bebedouro **Frisbel** alia desempenho de alta qualidade com responsabilidade ambiental, contribuindo para a preservação do meio ambiente ao utilizar um gás refrigerante que minimiza impactos negativos. Além disso, conta com **quatro torneiras geladas**, garantindo que mais de uma pessoa possa se servir ao mesmo tempo, agilizando o atendimento em momentos de grande fluxo.

Seu funcionamento em 220V proporciona maior adaptabilidade às redes elétricas, facilitando a instalação em diferentes locais. O Bebedouro Frisbel é sinônimo de durabilidade, economia e eficiência, sendo a escolha certa para quem valoriza a qualidade e o conforto no dia a dia. Seja para uso em **espaços corporativos ou de lazer**, este bebedouro combina perfeitamente praticidade e design, oferecendo água sempre na temperatura ideal.

Atenção: Para um funcionamento adequado, os resfriadores Frisbel devem ser conectados a uma caixa d'água de até 3 metros de altura. Caso a instalação seja feita diretamente na rede de abastecimento ou em reservatórios acima dessa altura, recomenda-se o uso de um Redutor de Pressão.



Dúvidas sobre o Produto

Perguntar

Ainda não há dúvidas quanto a este produto.

Categorias	Institucional	Políticas do Site	Atendimento	Área do Cliente	Contato
Ar Condicionado	Quem Somos	Políticas de Privacidade	Central de Atendimento	Minha Conta	<div> SAC via Whatsapp</div> <div> 4007-1853 Capitais e regiões metropolitanas</div> <div> 0800-008 8500 Demais regiões do país</div> <div> Seg a sex 8h às 18h</div> <div> </div>
Eletrodomésticos	Nossas Lojas	Políticas de Entrega	Televendas	Meus Pedidos	
Refrigeração Comercial	Black Friday	Política de Cupons	Dúvidas Frequentes	Área do Instalador	
Materiais de Instalação	Blog	Política de Frete			
Ferramentas	Trabalhe Conosco	Troca e Devolução		Cadastre-se	
Peças	Guia Site Seguro	Garantia da Mercadoria		Acessar	
Energia Solar	Código de Conduta	Segurança da Informação para Terceiros		Calculadora	
Câmaras Frias	Responsabilidade Social				
Sistemas VRF	Relação com Investidores			Calculadora BTUs	



 [Informe seu CEP](#)



2024 - Todos os direitos reservados | REFRIGERACAO DUFRIO COMERCIO E IMPORTACAO S.A. | CNPJ : 01.754.239/0001-10 | Logradouro: Rua Voluntarios da Pátria 3303 e 3333 - Sao Geraldo | Porto Alegre RS - CEP: 90230-011

Desenvolvido pela **caravel**

TELEVENIDAS

SAC

WHATSAPP

PORTAL DE BOLETOS


NOSSAS LOJAS

ENTREGA EM TODO O BRASIL

PARCELE EM ATÉ 10X SEM JUROS


ACELERA


BLOG




sempre o melhor clima

Procure por nome, marca, categoria...







Todas

Ar Condicionado

Ventilação

Eletrodomésticos

Eletroportáteis

Ferramentas


Automotivo

Serviços

Energia Solar

ClimaRio » Industriais » Bebedouro » Bebedouro Industrial 4 Torneiras 200 Litros Acqua Gelata PRE200 Inox 220V





Desem
Equipamento pa
Fabricante: Acq
Marca: ACQUA G
Modelo: PRE 200

Eficiência Energética


Consumo de Energia

37,38 kWh/mês

Capac de forne de água

32,04

Segurança



Registro nº 000938/2020

Instruções de instalação e recomendaç

☆☆☆☆☆ (1)

Bebedouro Industrial 4 Torneiras 200 Litros Acqua Gelata PRE200 Inox 220V

Cód: 4609

Marca: ACQUA GELATA

Voltagem



R\$ 4.220,98 10%OFF

R\$ 3.418,99 à vista no PIX

Ou R\$ 3.798,88 até 10x de R\$ 379,88

Ver opções de pagamento

COMPRAR AGORA

Calcule o valor do Frete e Prazo de entrega

65030-005

CALCULAR

Não sei meu CEP

Entrega	Prazo	Valor
<input type="radio"/> Normal	Em até 18 dias úteis	R\$ 199,00

- DESCRIÇÃO
- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
- AVALIAÇÕES

TELEVENIDAS

SAC

WHATSAPP

PORTAL DE BOLETOS

NOSSAS LOJAS

ENTREGA EM TODO O BRASIL

PARCELE EM ATÉ 10X SEM JUROS

ACELERA

BLOG



sempre o melhor clima









Todas

Ar Condicionado

Ventilação

Eletrodomésticos


Eletroportáteis


Ferramentas

Automotivo

Serviços

Energia Solar





Bebedouro de Coluna Industrial 2 Torneiras 25 Litros Frisbel RAO Inox 220V


R\$ 1.887,65


R\$ 1.528,99 à vista

em até 10x de R\$ 169,88

☆☆☆☆☆

COMPRAR





Bebedouro de Mesa Industrial 2 Torneiras 10 Litros Frisbel BP010 Aço 127V


R\$ 1.628,39


R\$ 1.318,99 à vista

em até 10x de R\$ 146,55

☆☆☆☆☆

COMPRAR





Bebedouro Industrial 4 Torneiras 200 Litros Acqua Gelata PRE200 Inox 220V


R\$ 4.228,98


R\$ 3.418,99 à vista

em até 10x de R\$ 379,88

☆☆☆☆☆

COMPRAR





Bebedouro Mesa Galão Philco PBE11 Branco 127V

R\$ 480,24

R\$ 389,00 à vista

em até 10x de R\$ 43,22

☆☆☆☆☆

COMPRAR

Descrição do produto

Bebedouro Industrial 4 Torneiras 200 Litros Acqua Gelata PRE200 Inox 220V

Está disponível na opção: Aço Inox 430 brilhante, acompanha 04 torneiras de pressão em latão cromado, sendo-as 02 para copo e 02 para boca.

https://www.climario.com.br/bebedouro-industrial-acqua-gelata-pre200e-inox-220v-4-torneiras/p?srsItid=AfmBOopGLr8ZbF4ZNIvQW5LpuJTxu1ZxFIsWAUHlyb0jK2nmJVNy1mum

2/5

TELEVENIDAS

SAC

WHATSAPP

PORTAL DE BOLETOS

NOSSAS LOJAS

ENTREGA EM TODO O BRASIL

PARCELE EM ATÉ 10X SEM JUROS

ACELERA

BLOG



sempre o melhor clima









Todas

Ar Condicionado

Ventilação

Eletrodomésticos

Eletroportáteis

Ferramentas

Automotivo

Serviços

Energia Solar

• Informações Fornecidas Pelo Fabricante.

Garantia

12 meses

Especificações Técnicas

Voltagem	220v
Garantia do fornecedor	Sim
Altura (cm)	134
Largura (cm)	118
Profundidade (cm)	70

Componentes

Código Modelo	PRE200
---------------	--------

Avaliações

5 estrelas 1



Ordenar por:

Mais antigos primeiro



Enviado há 3 anos

Produto de boa qualidade e literalmente atende o especificado

✓ Sim, recomendaria a um amigo

Por: Hugo D. De: Rio Verde - GO

Essa avaliação foi útil?

0

0

1 - 1 de 1

ESCREVER AVALIAÇÃO

Perguntas & Respostas

Tem alguma dúvida sobre este produto? Pergunte ao lojista e a outros compradores!

FAZER PERGUNTA

Este produto ainda não possui Perguntas e Respostas

1 - 0 de 0





 **Energia Solar**



- » Quem Somos
- » Blog
- » Nossas Lojas
- » Nossos Serviços
- » Trabalhe Conosco

- » Como Comprar
- » Segurança e Privacidade
- » Política de Entrega
- » Trocas e Devoluções
- » Política de Pagamento
- » Rastrear Pedido
- » SAC

- » Minha Conta
- » Meus Pedidos

» Cadastre-se

» Acesse já

Televidas: 0800 591 2729
SAC: 0800 719 9705

Whatsapp: (21) 99573-3197

falecom@climario.com.br

Seg. à Sex. das 08:00hs às 18:00hs



Número do Documento de Formalização da Demanda: 166/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
Diretoria de Infraestrutura e Tecnologia	18/07/2025 00:00	158286	ANAMARIANA DE MORAES SOARES FEITOSA

Descrição sucinta do objeto

Aquisição de bebedouros de coluna para garrafão de 20 L e bebedouro industrial de 200 L para atender a comunidade acadêmica do IFMA/Campus São Luís-Monte Castelo.

2. Justificativa de Necessidade

A aquisição de eletrodomésticos para o Instituto Federal do Maranhão/ Campus São Luís-Monte Castelo, é fundamental para atender os mais de 3.000 estudantes e cerca de 500 servidores, além de colaboradores terceirizados e público externo. Atualmente, os bebedouros industriais do Campus apresentam problema, necessitando que sejam substituídos. E ainda, se faz necessário adquirir bebedouros de coluna para garrafão de 20 litros, a serem utilizados no Cineteatro, Auditórios e espaços Administrativos.

Os bebedouros foram escolhidos por atenderem as necessidades da Instituição, optou-se por bebedouros Industriais de 200 L tendo em vista o volume de pessoas que frequentam a Instituição, e por ter uma capacidade melhor de refrigeração e filtragem.

Já os bebedouros de coluna para garrafão de 20L são excelentes para locais na qual não é possível instalar os bebedouros industriais, e devido a sua flexibilidade, pode ser instalado em diferentes espaços.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Equipamento para refrigeração	Bebedouro Água Garrafão	capacidade: 20, características adicionais: baixo consumo energia, termostato regulável, inmetro, material: plástico abs e chapa aço inoxidável, tipo: elétrico de coluna, voltagem: 220 Unidade de fornecimento: Unidade	10,00	712,87	7.128,70
2	Equipamento para refrigeração	Bebedouro Água	capacidade água: 200, características adicionais: 4 torneiras latão cromado, serpentina cobre local, material gabinete: aço inoxidável, tipo: industrial, voltagem: 110/220, material reservatório água: aço inoxidável Unidade de fornecimento: Unidade	15,00	3.428,75	51.431,25

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANAMARIANA DE MORAES SOARES FEITOSA
Diretoria de Infraestrutura e Tecnologia

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 Se faz necessário a aquisição de bebedouros para atender toda a comunidade acadêmica, como o PGC 2025 foi lançada pela gestão anterior, a mesma não preencheu esta demanda, que está sendo incorporada fora do prazo.	ANAMARIANA DE MORAES SOARES FEITOSA	19/04 /2025 17:27

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Documento Digitalizado Público

Aquisição de bebedouros

Assunto: Aquisição de bebedouros
Assinado por: Anamariana Feitosa
Tipo do Documento: Estudo Técnico Preliminar
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:
▪ **DIRETOR(A) - CD0003 - DITE-MTC**, em 29/07/2025 14:23:07.

Este documento foi armazenado no SUAP em 29/07/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifma.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1226701
Código de Autenticação: bf4bf75968



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23249.021074.2025-39

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2026

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - CAMPUS SÃO LUÍS - MONTE CASTELO, inscrito no CNPJ sob o nº 10.735.145/0001-94, UASG nº 158286, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 04, bairro Monte Castelo, São Luís - MA, CEP 65.030-005, neste ato representado por seu Diretor-Geral, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a empresa **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede na **[ENDEREÇO COMPLETO]**, neste ato representada por **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, **[NACIONALIDADE]**, **[ESTADO CIVIL]**, portador do CPF nº **[CPF]** e RG nº **[RG]**, doravante denominada **FORNECEDOR REGISTRADO**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme decisão exarada no Processo Administrativo nº 23249.021074.2025-39, sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **aquisição de bebedouros de coluna para garrafão e bebedouros industriais**, destinados a diversos espaços e setores do Instituto Federal do Maranhão - Campus São Luís - Monte Castelo e órgãos participantes, conforme especificações, quantidades e valores constantes do Termo de Referência nº 04/2026 e da proposta vencedora, que passam a fazer parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Integram o Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos participantes:

UASG	Órgão Participante	UF
158286	IFMA - Campus São Luís - Monte Castelo	MA
154838	IFRN - Cear-Mirim	RN
154856	IFMA - Campus Viana	MA
154858	IFMA - Campus Araioses	MA
158276	IFMA - Campus São Luís - Maracanã	MA
158282	IFMA - Campus Pinheiro	MA
158285	IFMA - Campus Barreirinhas	MA
158296	IFMA - Campus São Raimundo das Mangabeiras	MA
158318	IFCE - Campus Cedro	CE
158372	IFRN - Campus Santa Cruz	RN
158373	IFRN - Campus João Câmara	RN

Table 1: Órgãos Participantes do Registro de Preços

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ITENS REGISTRADOS, QUANTIDADES E PREÇOS

3.1. Os preços, as especificações técnicas, as quantidades e os fornecedores dos materiais registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela seguinte:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1	Bebedouro de água de coluna para garrafão	Unidade	93	[VALOR]
2	Bebedouro Industrial 200 litros	Unidade	80	[VALOR]

Table 2: Itens Registrados

ITEM 1 - BEBEDOURO DE ÁGUA DE COLUNA PARA GARRAFÃO

- **CATMAT:** 402920
- **Especificação Técnica:** Bebedouro de coluna para garrafão de 20 litros, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência nº 04/2026
- **Marcas de Referência:** Esmaltec, Karina, IBBL ou equivalentes de melhor qualidade
- **Item exclusivo para ME/EPP** nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 6º do Decreto nº 8.538/2015
- **Quantidade Total:** 93 unidades
- **Valor Unitário Registrado:** R\$ [VALOR POR EXTENSO]
- **Valor Total do Item:** R\$ [VALOR TOTAL POR EXTENSO]

ITEM 2 - BEBEDOURO INDUSTRIAL 200 LITROS

- **CATMAT:** 311387
- **Especificação Técnica:** Bebedouro industrial com capacidade de 200 litros, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência nº 04/2026
- **Marcas de Referência:** Karina, Knox, Frisbel, Cônovas ou equivalentes de melhor qualidade
- **Quantidade Total:** 80 unidades
- **Valor Unitário Registrado:** R\$ [VALOR POR EXTENSO]
- **Valor Total do Item:** R\$ [VALOR TOTAL POR EXTENSO]

3.2. VALOR TOTAL DA ATA: R\$ [VALOR TOTAL POR EXTENSO]

3.3. Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata.

3.4. As especificações técnicas e complementares dos materiais a serem adquiridos estão listadas no Anexo - Especificações Técnicas do Termo de Referência. Em caso de discordância entre as especificações constantes no sistema compras.gov.br (CATMAT) e/ou nota de empenho, prevalecerá a especificação constante no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A vigência dos contratos decorrentes desta Ata poderá ultrapassar o prazo de vigência da mesma, desde que esteja previsto no respectivo Edital.

CLÁUSULA QUINTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.462/2023.

5.2. Caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos não participantes, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

5.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.1. O prazo de entrega dos materiais será de **30 (trinta) dias corridos**, em remessa única, contados da data da confirmação do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM).

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **10 (dez) dias de antecedência** para o Departamento de Compras, Licitações e Contratos (DCLC-MTC), através do e-mail compras.mtc@ifma.edu.br, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Diviso de Patrimônio do IFMA - Campus São Luís - Monte Castelo

Avenida Getúlio Vargas, nº 04, bairro Monte Castelo

São Luís - MA, CEP 65.030-005

Telefone: (98) 98338-1003

Horário de recebimento: Segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h30 e das 14h00 às 17h30

6.4. Para entregas nos órgãos participantes, os endereços específicos serão informados na respectiva Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO

7.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

8.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

8.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

8.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

8.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

8.6. Após ser notificado, o Contratado deverá realizar a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data em que o equipamento for retirado das dependências da Administração pelo Contratado ou por assistência técnica autorizada. A retirada do equipamento deve ocorrer no prazo de **7 (sete) dias úteis** após a notificação.

8.7. O Contratado para fornecimento dos aparelhos deve disponibilizar rede de assistência técnica autorizada na cidade de **São Luís - MA**, onde se instala o Campus São Luís - Monte Castelo.

8.8. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

8.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na Ata, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. O Fornecedor Registrado obriga-se a:

1. Fornecer os materiais registrados, rigorosamente de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta apresentada, nos prazos estabelecidos
2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)
3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido nesta Ata, os materiais objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções
4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação
5. Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital
6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, se necessário
7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato
8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato
9. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual
10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do

- menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre
11. Manter seu endereço de e-mail e telefone para contato atualizados junto ao Contratante
 12. Empacotar os bens de forma adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento
 13. Fornecer equipamentos que atendam aos critérios de sustentabilidade estabelecidos no Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. O Órgão Gerenciador obriga-se a:

1. Exercer a fiscalização dos materiais fornecidos por servidores especialmente designados
2. Receber provisória e definitivamente o objeto, nas formas definidas nesta Ata
3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos
4. Comunicar ao Fornecedor Registrado, por escrito, as irregularidades observadas no objeto fornecido, para que sejam reparadas, corrigidas ou substituídas
5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor Registrado
6. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos nesta Ata
7. Aplicar ao Fornecedor Registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa
8. Emitir Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento de Materiais (OFM) quando da necessidade de aquisição dos materiais
9. Fornecer todas as informações e esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento das obrigações do Fornecedor Registrado
10. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou o Fornecedor Registrado

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Fornecedor Registrado.

11.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

11.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.5. O Fornecedor Registrado regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

11.6. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Fornecedor Registrado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

11.7. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Fornecedor Registrado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA

12.1. A execução da Ata será acompanhada e fiscalizada por fiscal e gestor do contrato, ou pelos respectivos substitutos, devidamente designados conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, anotando no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução.

12.3. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação do Fornecedor Registrado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamentos e termos aditivos.

12.4. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento.

12.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Fornecedor Registrado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Fornecedor Registrado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo
- c) Der causa à inexecução total do contrato
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado

- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013

13.2. Serão aplicadas ao Fornecedor Registrado que incorrer nas infrações descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem anterior
4. Multa, conforme os seguintes percentuais:

13.2.1. Multa Moratória: Para a infração descrita na alínea "d", de **0,16% (zero vírgula dezesseis por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta) dias**.

13.2.2. Multa Compensatória:

- Para as infrações descritas nas alíneas "a" e "h": de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação
- Para a inexecução total do contrato (alínea "c"): de **10% (dez por cento)** do valor da contratação
- Para a infração descrita na alínea "b": de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação
- Para a infração descrita na alínea "d" (em substituição à multa moratória): de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação
- Para a infração descrita na alínea "a": de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação

13.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor Registrado, observando-se o procedimento previsto no art. 158 e parágrafos da Lei nº 14.133/2021.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor Registrado terá seu registro cancelado quando:

1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços
2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável
3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado
4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, ou no art. 87, III ou IV, da Lei nº 8.666/1993
5. Solicitar formalmente o cancelamento, mediante documento que comprove a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas nesta Ata, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior

14.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por

despacho do órgão gerenciador.

14.3. O Fornecedor Registrado poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES DA ATA

15.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

15.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

15.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados
2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação

15.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

16.1. Os bens fornecidos deverão atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

1. Ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2
2. Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares
3. Ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento
4. Não conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pela diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr VI), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição:

1. Termo de Referência nº 04/2026
2. Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026 e seus anexos
3. Proposta da empresa vencedora

17.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, Decreto nº 11.462/2023 e demais normas aplicáveis.

17.3. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes desta Ata será o da Justiça Federal - Seção Judiciária do Maranhão.

17.4. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável

para sua eficácia e será providenciada pelo órgão gerenciador.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Luís - MA, ____ de _____ de 2026.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS MONTE CASTELO

Órgão Gerenciador

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

Fornecedor Registrado

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF:

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL – VERSÃO EXECUTIVA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO – IFMA

CAMPUS SÃO LUÍS – MONTE CASTELO

Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/2026

Processo Administrativo nº: 23249.021074.2025-39

Objeto: Aquisição de Bebedouros de Coluna e Industriais.

Local, ____ de _____ de 2026.

À

Comissão Permanente de Licitação / Pregoeiro

Instituto Federal do Maranhão – Campus Monte Castelo

Prezados,

A **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[00.000.000/0000-00]**, após examinar minuciosamente o Edital e seus anexos, em especial o Termo de Referência nº 04/2026, vem apresentar sua proposta comercial técnica e financeira para o fornecimento dos materiais abaixo especificados.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE E DADOS BANCÁRIOS

RAZÃO SOCIAL	[Preencher com Nome Empresarial Completo]
CNPJ	[00.000.000/0000-00]
ENDEREÇO	[Rua, Número, Bairro, Cidade - UF, CEP]
CONTATO	Tel: [00] 0000-0000

REPRESENTANTE	[Nome Completo], [Cargo], CPF: [000.000.000-00]
BANCO	[Nome do Banco]

2. PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA

Abaixo, discriminamos os valores unitários e totais para os itens solicitados, considerando todas as especificações técnicas contidas no CATMAT.

ITEM	DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO	CATMA T	UND	QTD	MARCA/ MODELO	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Bebedouro de Coluna para Garrafão (20L): Sistema de refrigeração por compressor, termostato regulável, gabinete em aço pré-pintado ou inox, fornecimento de água gelada e natural. Compatível com as normas do INMETRO.	402920	UN	93	[Marca]	R\$	R\$
02	Bebedouro Industrial 200 Litros: Fabricado integralmente em aço inox, reservatório isolado termicamente, 04 torneiras (ou conforme TR), sistema de filtragem	311387	UN	80	[Marca]	R\$	R\$

	de alta eficiência, tensão [110v/220v].						
TOTAL	VALOR GLOBAL DA PROPOSTA	--	--	--	--	--	R\$

VALOR GLOBAL POR EXTENSO: [Escrever o valor total por extenso aqui].

3. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

- **Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.
- **Prazo de Entrega:** Até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho.
- **Local de Entrega:** IFMA – Campus São Luís – Monte Castelo (Av. Getúlio Vargas, 04, Monte Castelo, São Luís/MA).
- **Garantia e Assistência:** Garantia técnica integral de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, com suporte técnico no local ou rede autorizada.
- **Pagamento:** Conforme estabelecido no Edital, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

4. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaramos, sob as penas da lei, que:

1. Nos preços ofertados estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto.
2. Os produtos cotados seguem rigorosamente as exigências do **Termo de Referência nº 04/2026** e possuem certificação **INMETRO**.
3. Inexistência de fatos impeditivos para contratar com a Administração Pública e pleno cumprimento dos requisitos de habilitação.
4. Comprometemo-nos com a logística de entrega e descarregamento conforme orientação do Almoxarifado do Campus.

Atenciosamente,